

A Quarta Dualidade

*Ignácio Rangel**

Recapitulemos:

Desde a Abertura dos Portos à Independência, a sociedade brasileira vem sendo regida por peculiares **pactos fundamentais de poder**, os quais, há quase meio século, venho propondo que definamos com o nome de **dualidades**, isto é, alianças de duas classes dirigentes, a saber: um **sócio maior**, ou hegemônico, e um **sócio menor**, ou subalterno. O primeiro, herdado da dualidade anterior, politicamente amadurecido; o segundo, de formação recente, politicamente inexperiente, mas muito mais dinâmico que o outro.

Assim, nossa Primeira Dualidade teve no seu comando duas classes: a **classe dos senhores de escravos**, a única em condições de exercer a hegemonia sobre toda a sociedade, e a classe que, embora madura na Europa, era uma formação nascente, no Brasil, refiro-me à classe do capitalismo mercantil brasileiro, por certo muito mais dinâmica que a outra; mas politicamente inexperiente, não podendo prescindir do comando da primeira, formada e enraizada, aqui, ainda no tempo de colônia.

A crise da velha estrutura do pacto de poder colonial teve muito a ver com o advento da fase **b** (recessiva) do Primeiro Ciclo Longo, ou Ciclo de Kondratiev, que costuma datar de 1815 — o ano da Batalha de Waterloo, que pôs fim à fase **a** (expansiva) do mesmo ciclo, aberto no Centro Dinâmico Mundial, com a Revolução Francesa, também não por acaso ocorrida no mesmo ano de nossa Inconfidência Mineira.

Da Primeira à Segunda Dualidade

A transição da fase **b** do Primeiro Ciclo Longo para a fase **a** do Segundo foi uma passagem tumultuosa, pelo menos para os países integrantes do Centro Dinâmico Mundial, o que não deve deixar de causar surpresa, porque se tratava da transição de uma fase recessiva para uma fase expansiva. Um documento marcante nos ficou dessa transição, isto é, o notório Manifesto Comunista, de 1848.

Não, porém, do nosso ponto de vista de país periférico. A Primeira Dualidade passou incólume. Somente com a chegada da fase **b** do Segundo Ciclo Longo, a Primeira Dualidade ingressaria em sua crise fatal. Essa fase **b** do Segundo Ciclo Longo,

* Economista.

como é sabido, cobriu, aproximadamente, o quartel de século entre 1873 e 1898. A mudança estrutural, isto é, de pacto de poder, foi assinalada por dois fatos marcantes: a Abolição e a República.

A Abolição, completada pela República, trouxe para o Brasil uma mudança simétrica como a que trouxe o Cristianismo para o Mundo Antigo, vale dizer, a substituição da escravidão pelo feudalismo. Noutros termos, a fazenda de escravos — base da classe hegemônica da Primeira Dualidade — cedeu lugar ao latifúndio feudal, antes presente apenas em algumas áreas do País, especialmente no Sul e na parte árida do Nordeste; uma mudança de fundamental importância, como é fácil de ver.

Ao referir-me à escravidão, faço-o com o maior respeito, pois se trata de um estágio decisivo do desenvolvimento da sociedade humana. Cresci ouvindo alusões a certos fatos característicos da sociedade escravista, por exemplo, o chicote de cabo de prata pendente do punho de minha avó paterna, instrumento que lhe serviu para o comando do engenho da família — com base no qual, ela, ainda solteirona, pôde mandar para a cidade dois dos seus irmãos, o primeiro deles teria sido bispo, se sua militância, na luta entre a Igreja e o Estado, não tivesse parecido excessiva, mesmo para Roma; quanto ao segundo, seria oficial médico do Exército. Nesse contexto, ao lado do chicote de minha avó fazendeira, vem a pêlo lembrar o Direito Romano, no qual meu avô — latinista refinado — fundamentava suas sentenças de Juiz de Direito. Afinal, o chicote e as "Institutas" e o "Corpus Juris" tinham a mesma extração sociológica.

Essas lendas familiares fazem-me lembrar outra lenda da História Universal: refiro-me à Santa Helena e a seu filho, o Imperador Constantino, enviando para a Grécia seu neto e sobrinho respectivamente — o futuro Imperador Juliano, o Apóstata —, de certo na esperança de que colhesse a herança de Sócrates, Aristóteles e Platão, mas que, em vez disso, trouxe a herança abortiva da mitologia grega: filosofia e mitologia, sobrevivências e frutos, ambas da sociedade escravista. Em nossos dias, estamos vendo como o mesmo resultado abortivo está sendo colhido pelos Gorbatchovs e Ieltsins, sob a forma da herança podre da economia política capitalista, a qual, entretanto, tal como a filosofia de Aristóteles, mesmo hoje, tem ainda muito de valioso a dar de si.

Tornando ao problema da passagem da Primeira para a Segunda Dualidade, devemos ter consciência de que a substituição da escravidão pelo latifúndio feudal, na composição do novo pacto de poder, representava uma mudança radical. Ao contrário da velha classe dos senhores escravos, o latifúndio feudal era uma força emergente — social, política e socialmente inexperiente — não poderia ser senão um **sócio menor**, na Segunda Dualidade, não obstante seu indiscutível dinamismo. O lugar de **sócio maior**, ou hegemônico, passou a ser ocupado pelo capitalismo mercantil, a esta altura plenamente amadurecido no Brasil. Com o advento da fase a ou expansiva do Terceiro Ciclo de Kondratiev — 1898-921, aproximadamente —, consolida-se a Segunda Dualidade, a qual somente entraria em crise com o advento da fase b do mesmo ciclo.

Da Segunda à Terceira Dualidade

A crise da Segunda Dualidade — na esteira da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa — foi marcada pelos dois 5 de julho (Revolta do Forte de Copacabana

e Coluna Prestes) e, por que não dizê-lo, pela Semana de Arte Moderna, sendo culminada pelo 3 de outubro de 1930 e pelo 10 de novembro de 1937. O papel da economia brasileira, ainda incapaz de internalizar seus ciclos, foi brilhantemente desempenhado sob a hegemonia do capitalismo mercantil, a qual levou-nos a uma "abertura" excessiva, sob a forma da importação, principalmente dos países cênicos, de produtos industriais, em valor de aproximadamente um quarto do que hoje chamamos de Produto Interno Bruto ou PIB.

Ora, nas condições da fase recessiva do Terceiro Ciclo de Kondratiev — especialmente no lustro que passaria à História com o nome de Grande Depressão Mundial, 1929-34 —, nossa capacidade para importar cairia a uma fração disso. Haviam declinado catastróficamente o volume e os preços dos produtos supridos pelo latifúndio exportador, pondo em causa, sem remédio, a Segunda Dualidade.

Dado o papel relevante desempenhado pelas importações de produtos industriais, o estrangulamento da capacidade para importar punha na ordem do dia um movimento que passaria à História como **substituição industrial de importações** — vale dizer, algo que não podia ser promovido por nenhum dos "sócios" da Segunda Dualidade. Sob um complexo de instituições ordenado em torno da reserva de mercado — para pôr em evidência o alto grau aludido de abertura —, impunha-se a transformação do capitalismo mercantil em capitalismo industrial. Exatamente como, nas condições da crise da Primeira Dualidade, o escravismo dera margem ao feudalismo — transformando-se os fazendeiros, **sócio maior**, ou hegemônico da formação em processo de caducidade, em **sócio menor**, subalterno, da formação emergente — agora o capitalismo mercantil passava a um estágio superior, o capitalismo industrial.

Como no passado, essa transição, resultante do aparecimento do capitalismo mercantil em dissidência que surgiria como capitalismo industrial, implicava a mudança de posição dessa dissidência. Com efeito, embora o capitalismo industrial fosse um estágio superior do desenvolvimento do capitalismo, comparativamente ao capitalismo mercantil, sua posição na sociedade trocava-se: de **sócio maior**, a **sócio menor**. Como já vimos, a posição hegemônica passaria ao latifúndio feudal.

Estava formada a Terceira Dualidade.

A crise da Terceira Dualidade

Depois da Terceira Dualidade, teremos a Quarta, com toda a certeza. Entretanto, para bem entendermos esta última, em franco processo de implantação, nas condições da fase b do Quarto Ciclo de Kondratiev, aberta com a "crise do petróleo" em 1973, devemos rememorar o processo de implantação da Terceira, a partir da Grande Depressão Mundial, na esteira da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Os jovens que atualmente dirigem o Brasil — a começar pelo Presidente — têm desse processo uma notícia muito insatisfatória. É em sua intenção que estas linhas são escritas.

Os dois 5 de julho — 1922 e 1924 — ficaram-me como lembranças de infância, sublinhadas pelos relatos de meu pai, a começar pela Revolta dos 18 do Forte e da Coluna Prestes. Foi assim que, ao sobrevir a Grande Depressão Mundial que, para nós, seria o detonador da Revolução de 30, eu já estava preparado para dela participar,

de armas nas mãos, incorporando-me ao assalto do Quartel do 24º BC, em São Luís do Maranhão, a 8 de outubro, não obstante meus escassos 16 anos.

A adesão à Juventude Comunista, em maio de 1931, estava na ordem natural das coisas. Devíamos enfrentar outra revolução — a verdadeira, parcialmente inspirada pela Revolução Russa de 17. Seria uma dupla revolução: agrária e ant imperialista. Por um lado, devíamos acabar com o latifúndio feudal, distribuindo a terra entre os camponeses — isso mesmo que agora estão propondo os bispos e o Papa —, por outro, devíamos industrializar o País, dando origem a um numeroso e concentrado proletariado que, eventualmente, tomaria o Poder para implantar a República Soviética Brasileira. Assim, nossos marxistas principiantes nos foram preparando para o programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e para a Revolução de 35.

A dura escola de dois anos de prisão — boa parte dos quais em condições de total isolamento — e de oito anos de domicílio coacto em São Luís do Maranhão (então uma pequena cidade, de cerca de 60 mil habitantes e onde até a Faculdade de Direito, por haver recusado minha expulsão, exigida pelo Estado Novo, fora fechada em 1940), havia me levado a reexaminar o programa da ANL e do Partido Comunista Brasileiro.

Em primeiro lugar, a revolução agrária a fazer não devia levar a nenhuma divisão das terras, visto como o latifúndio feudal era uma força emergente, a única capaz de exercer hegemonia sobre a sociedade brasileira e de produzir "pró-homens" à altura da problemática amadurecida, como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor, entre os gaúchos, e de João Pessoa e os Andradas mineiros, de outra extração. Por exemplo, que perspectivas teria o nascente capitalismo industrial brasileiro, sem o Direito Trabalhista, ligado ao nome de Lindolfo Collor e implantado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, "pró-homem" da nova classe hegemônica, a única possível naquelas condições: o latifúndio feudal?

Quanto ao Socialismo, como levá-lo a cabo, nas condições de um capitalismo industrial incipiente e de um proletariado também nascente, que, sob a forma do novel Direito Trabalhista, reivindicava, de fato, algo como uma servidão industrial de gleba? Não, cada coisa a seu tempo. Um Direito Trabalhista "ex-post" feudal, somente agora, com o advento da Quarta Dualidade, começa a ser timidamente reivindicado. Naquele tempo, as massas proletárias desceram à rua para, sob o clamor de "queremos Getúlio", dizerem precisamente isso, vale dizer, que queriam o capitalismo industrial, por certo, mas sob a hegemonia do latifúndio feudal. As massas entenderam o que os ideólogos não perceberam.

O reconhecimento desses fatos não implica repúdio do marxismo. Ao contrário, no Brasil, o marxismo assume formas amadurecidas precisamente com a Teoria da Dualidade. Permitam-me que o diga, sem nenhuma vaidade descabida.

Noutros termos, a sociedade humana desenvolve-se pelos estágios marcados pelo marxismo, mas isso não quer dizer que cada sociedade nacional particular não marque seus próprios caminhos específicos. No caso brasileiro, em cada estágio aparecem, muito regularmente, duas formações contemporâneas, mas não coetâneas. No caso da Quarta Dualidade, em via de implantação, o latifúndio, a classe hegemônica da anterior dualidade, está sendo substituída por uma dissidência sua: a empresa capitalista, onde o servo de gleba será substituído pelo trabalhador assalariado, e onde o trabalho manual começa a ser ativamente substituído pela máquina e pela química. Já nos anos 70, o consumo de adubos químicos pela agricultura — enquanto a indústria desacelerava o seu crescimento, nos quadros da fase b do Quarto Ciclo de Kondratiev — crescia ao ritmo de 14% ao ano.

Quanto ao **sócio menor** da Terceira Dualidade, emerge como força plenamente amadurecida, capaz, portanto, de assumir a posição de **sócio maior**, ou hegemônico, da nova dualidade. Nenhuma outra classe pode fazê-lo nas presentes circunstâncias. Refiro-me ao capitalismo industrial, que surgiu, na Terceira Dualidade, como dissidência progressista, dinâmica, mas política e socialmente imaturo, do capitalismo mercantil, **sócio maior** da Segunda Dualidade.

Esse novo personagem não pode deixar de lutar pela hegemonia. Nessa luta, deverá entrar em conflito com a formação dominante no centro dinâmico capitalista da economia mundial o capitalismo financeiro, que associa, na mesma formação, a fábrica capitalista com o banco igualmente capitalista.

Da Terceira à Quarta Dualidade

A implantação da Quarta Dualidade, no Brasil, faz-se nas condições de uma profunda crise mundial, à qual não escapa sequer a área desenvolvida da economia socialista, que abrange a União Soviética e os países da Europa Oriental socialista. Aparentemente, a exemplo do que, na fase **b** do Terceiro Ciclo de Kondratiev, fizeram a União Soviética e o Brasil, poucos países escapam a essa crise geral, notadamente a China Popular e a Índia.

No âmago dessa crise geral, vamos encontrar o Centro Dinâmico contemporâneo da economia mundial. De ambos os lados da antiga cortina de ferro, assistimos ao colapso das formas pretéritas de planejamento. Esse planejamento terá, obrigatoriamente, que assumir âmbito muito mais geral do que antes. Os países de economia de capitalismo financeiro não mais poderão prescindir de formas amadurecidas de planejamento — muito ao contrário de um absurdo retorno à anarquia da produção, também enfeitada com os apelidos de "modernização" e de "liberdade de competição" ou "império da mão invisível". Com efeito, instituições criadas para os tempos de capitalismo atomizado são recomendadas para economias monopólicas ou, no mínimo, oligopólicas, cada vez menos compatíveis com a velha "anarquia da produção".

No caso das economias socialistas, o planejamento torna-se cada vez mais imperioso; por certo um planejamento mais completamente racional do que antes, menos dependente do voluntarismo do que antes. No centro da crise dos países socialistas, o que vamos encontrar é a tentativa de implantar planos que passassem por cima dos ciclos econômicos, notadamente dos "ciclos longos" ou Ciclos de Kondratiev, os quais comparecem ainda mais pontualmente que os "ciclos breves", a começar pelos Ciclos de Juglar-Marx, tão decisivos para nossa economia brasileira. Em suma, "planos" que não tomassem em consideração o comportamento orgânico do sistema econômico, a exemplo de uma biologia que ignorasse o comportamento espontâneo dos organismos vivos.

Ora, o planejamento soviético — a primeira tentativa sistemática de superação da anarquia da produção — começou, sob a inspiração do gênio que foi Nicolau Kondratiev, escolhido para isso por Lênin, não por acaso o homem que, sob a inspiração de J.Schumpeter, daria o nome aos ciclos longos.

Ora, a presente crise da economia socialista tem muito que ver precisamente com o fato de não terem sido tomadas em consideração as flutuações relacionadas com os ciclos longos. Com efeito, como o Brasil, a União Soviética encontrou meios de escapar

ao que os pseudo-marxistas denominavam de "crise geral do capitalismo", entrando a desenvolver-se vigorosamente nas condições de plena fase b do Terceiro Ciclo de Kondratiev. Essa fase b foi equivocadamente identificada com uma tendência sem retorno, para o desmoronamento do capitalismo.

No Brasil, não chegamos a equívocos desse tomo. Quando, com Raul Prebisch e o nosso Celso Furtado, chegamos a considerar maduramente o problema, foi para perceber o fato de que, com a industrialização substitutiva de importações, havíamos conseguido internalizar os ciclos — os ciclos breves, naturalmente, pontualmente decenais, em nosso país. Entretanto, dado que o dinamismo de nossa economia, no período, revelou-se muito maior do que o do centro dinâmico capitalista, como aconteceu nos anos 70 subsequentes à abertura da fase b do Quarto Ciclo de Kondratiev (1973-80), podia parecer que, até certo ponto, estávamos isentos dos movimentos de longo prazo — ilusão logo desfeita, quando, no primeiro quinquênio dos anos 80, se somaram, para o Brasil, os efeitos recessivos dos dois ciclos: Kondratiev e Juglariano brasileiro.

No caso dos países socialistas, o desenvolvimento foi mais regularmente sustentado do que no Brasil — sujeito este, insistamos, às variações decenais relacionadas com o ciclo de Juglar-Marx —, mas foi uma temeridade ignorar a aproximação da nova fase b do Ciclo de Kondratiev, aberta, como devia ser esperado, no ano de 1973, aproximadamente. O movimento de industrialização desacelerou-se, mas essa desaceleração, o que não foi visto como um movimento normal, o qual deveria ter sido contraditado por medidas adequadas de planejamento.

Em vez disso, a notória "Perestróica" de Gorbatchov e Cia. atribuiu essa desaceleração a "erro" de Leonid Brejnev e seus sucessores. Estaria havendo uma "estagnação", a qual, em vez de ser atribuída a formas inadequadas de planejamento — isto é, ao fato de que o planejamento socialista não tomava na devida consideração o Ciclo Longo —, era atribuída, ao contrário, ao próprio planejamento, o qual devia ser abandonado em favor da arcaica anarquia da produção, identificada esta com a "modernidade" e a "liberdade".

Esdrúxulas "modernidade" e "liberdade", identificadas: a) a primeira, com o retorno de instituições arcaizadas, havia muito; e b) a segunda, não com o império do homem sobre si mesmo e sobre suas condições objetivas de vida, isto é, sobre a natureza, mas com sua subordinação passiva a essas condições.

É nessas condições objetivas e subjetivas externas, entre as quais se destaca a apostasia ou contra-revolução no mundo socialista, no próprio momento em que o planejamento econômico, antes privativo do socialismo, emerge como necessidade incoercível do próprio mundo capitalista, que o Brasil deverá implantar sua Quarta Dualidade.

Estrutura da Quarta Dualidade

Em obediência às leis gerais da dualidade,¹ a transição à nova dualidade deverá implicar — ou está implicando — troca das posições de hegemonia dos "sócios" da

¹ Ver: "Como muda a Dualidade", In História da Dualidade, "Revista de Economia Política", vol.1, n.4, out.-dez. de 1981.

anterior dualidade, mas de tal forma que o velho sócio hegemônico assuma a posição de **sócio menor** da nova, enquanto o velho **sócio menor** passa à posição de **sócio hegemônico**.

Entretanto essa passagem do velho sócio hegemônico para a posição de sócio menor faz-se sob a forma de uma dissidência progressista. Assim como, da Primeira para a Segunda Dualidade, a classe dos senhores de escravos se transfigurou para aparecer como latifúndio feudal; da Segunda para a Terceira, o capitalismo mercantil assumiu a forma de capitalismo industrial; agora, da Terceira para a Quarta, o latifúndio feudal ressurgiu sob a forma de empresa rural capitalista, ou seja, "ex-post" feudal; um **avanço** social político e econômico, de relevância que dificilmente poderá ser superestimada, mas que não impede que o velho sócio hegemônico reapareça como sócio subalterno, sob o comando de nova classe, isto é, do capitalismo industrial, antigo sócio menor, investido agora de funções hegemônicas.

A primeira conseqüência dessa mudança do velho sócio hegemônico em novo sócio menor não podia ser outra senão uma drástica elevação da razão capital/produto e da produtividade do trabalho nas atividades constitutivas da ocupação do antigo latifúndio feudal agora convertido em empresa capitalista. E, como corolário, devíamos ter — como de fato estamos tendo — uma radical redistribuição da população, entre campo e cidade, em favor de intensa urbanização, que o censo passado deixou evidente, e que o censo em curso não poderá senão comprovar e enfatizar.

Não deveria causar surpresa uma violenta expansão do exército industrial de reserva — ou desemprego maciço e crônico —, trazendo consigo intensa queda do salário real, não apenas dos trabalhadores ativos, como, principalmente, dos inativos. O número destes últimos, em comparação com o daqueles, cresceu exorbitantemente, suscitando problemas cabulosos, como esse dos 147,06%, porque é claro que a receita dos inativos deve ser, direta ou indiretamente, subtraída da receita dos ativos.

A aceleração da inflação, que tende a tornar-se galopante, estava na ordem natural das coisas, e assim permanecerá, a menos que se manifeste uma firme tendência à expansão da atividade das empresas urbanas, absorvendo a capacidade ociosa que se implantou, cronicamente, mas, principalmente, nas fases recessivas dos nossos ciclos, em várias delas. Afinal, quanto mais moderna uma empresa, maior tende a ser o peso relativo dos seus custos fixos, comparativamente aos variáveis. Afinal, se uma empresa foi desenhada para uma produção de 100, mas se vê forçada a passar a uma produção de 50, é possível que os custos variáveis, mesmo que não proporcionais, acompanhem esse declínio, mas não seus custos fixos, os quais são virtualmente dados, para a escala e a tecnologia da empresa.

Daí se infere o paradoxo da exacerbação da inflação, não quando a atividade social se eleva, mas, muito pontualmente, quando entra em declínio, isto é, em recessão. Nada mais absurdo, portanto, do que tentar o combate à inflação via exacerbação da recessão. Esta talvez deprimisse, proporcionalmente ou quase, os custos variáveis da empresa, mas, não tendo força para deprimir os custos fixos, os custos médios não podem, senão, elevar-se.

Nem sempre foi assim. "In illo tempore", isto é, nos tempos saudosos do capitalismo mercantil — Segunda Dualidade e princípios da Terceira — quando, por exemplo, a indústria de transformação estava ainda organizada como atividade artesanal, o peso dos custos fixos na formação dos custos unitários médios era irrelevante. Nessas condições, era plausível esperar que o índice geral de preços acompanhasse a atividade produtiva geral, inferindo-se que a inflação pudesse ser combatida válida-

mente pela recessão, como ainda pretendem muitos dos nossos gurus, nacionais e estrangeiros, a começar pelos porta-vozes do FMI. Não agora, porém quando deverá ser claro para todos que o comportamento dos nossos preços, como reflexo dos custos unitários, tende a ser tanto mais elevado, quanto mais baixa for a atividade geral das empresas e, por extensão, do sistema econômico em geral.

Conclusão

Para concluir, temos: uma vez mais, somos confrontados com crises violentíssimas, mas em cuja origem devemos pesquisar, não em supostos erros dos nossos anteriores governantes, mas em mudanças que, embora promovidas, muitas vezes, involuntariamente, ou por erro, nada tiveram de errôneas em si mesmas, embora suscitassem graves problemas.

Com efeito, nas fases a, ou expansivas de cada ciclo breve, introduzimos mudanças institucionais que, a certa altura, muito regularmente, resultam no surgimento de capacidade ociosa em certas atividades, com o resultado do aparecimento de recursos de "caixas livres", isto é, poupanças virtuais, não nas empresas carecidas de investimento, mas em empresas que, à vista do aludido excesso de capacidade, se adiantaram ao sistema. Este, conseqüentemente, deve ser captado e carreado para as empresas retardatárias, isto é, aquelas que, por não se terem capitalizado adequadamente no ciclo anterior, estão carecidas de investimentos.

Como nos ensina nossa mestra Maria Conceição Tavares, nossa indústria substitutiva de importações, havendo começado pelos bens correntes de consumo, passou aos bens duráveis — primeiro de consumo e depois de capital. Ora, os serviços de utilidade pública tinham que ficar para depois e, quando não fosse possível esperar, ao Estado cabia a tarefa de implantá-los, com recursos correntes do Tesouro e, na falta destes, com recursos de terceiros, nacionais ou estrangeiros, garantidos pelo aval do mesmo Tesouro.

Corria o ano de 1953, tendo-me sido delegada pelo Presidente Vargas, a função de relator da equipe incumbida da formulação e do encaminhamento das quatro leis ordenadas em torno do projeto da ELETROBRÁS. Esperava-se de mim o ordenamento jurídico da matéria, pois minha posição como economista estava ainda pendente da apreciação do livro **A Dualidade Básica da Economia Brasileira**, do qual resultaria meu provisionamento como economista, "por notório saber", já que minha formação universitária me qualificava para o Direito.

Consciente de que não deve ir o sapateiro acima dos chinelos, suscitei o problema do levantamento de recursos de terceiros, quando chegasse a vez de formar o capital das empresas da indústria pesada e — como era o caso da ELETROBRÁS — dos serviços de utilidade pública:

"Companheiros que garantia poderá ser oferecida aos credores privados, nacionais ou estrangeiros, quando os recursos correntes do Tesouro, mesmo reforçados pelo aval deste, se revelarem insuficientes? Na espécie, que juiz fará executar a hipoteca de bens dados em hipoteca ou penhor por empresas públicas concessionárias de serviços públicos? Porque a garantia real entrará na ordem natural das coisas."

Interpelado pelo chefe da equipe, Jesus Soares Pereira, completei meu pensamento: "Parece-me inevitável que o serviço público concedido à empresa pública seja convertido em serviço igualmente público, mas concedido à empresa privada. Esta poderá oferecer ao Estado a hipoteca ou o penhor dos seus bens e, reforçada pela garantia real, a garantia fidejussória poderá revelar-se suficiente".

Tratava-se nada menos do que da privatização de serviços públicos. Ao que mestre Soares Pereira objetou que estava em minha argumentação a previsão de uma crise futura, porque, por enquanto, o aval do Tesouro era instrumento hábil. As leis que estávamos escrevendo teriam, então, que ser reescritas. Entrementes, devíamos escrevê-las.

Aceitei o argumento e escrevi as leis que me eram encomendadas. Disso nunca me arrependi, até porque na metade do século que se seguiu — 1956-86 — nossa produção de eletricidade cresceu cerca de 12,5 vezes, para um crescimento mundial de metade disso, contra 7,3 vezes do Japão; 8,3 vezes da União Soviética e somente aproximada na América Latina pelo México.

Entrementes, os anos se passaram, e a crise que eu previa chegou. A privatização entrou na ordem do dia equivocadamente, como de costume, porque queremos privatizar não empresas retardatárias, carecidas de investimentos, mas empresas superdimensionadas, carregadas de capacidade ociosa.